



OLIMPÍADA JURÍDICA ESCOLAR 2022

1ª FASE: PROVA OBJETIVA



1



*“[...] a Faculdade de Direito de Vitória (FDV) foi credenciada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como instituição observadora nacional nas eleições de 2022. Sendo assim, pesquisadores da instituição vão acompanhar de perto, e com métodos científicos, como será a fiscalização do TSE e se ele vai conseguir controlar a disseminação e compartilhamento de notícias falsas e de desinformação nas redes sociais durante o período eleitoral, até o momento em que os candidatos eleitos forem diplomados”. (ELEIÇÕES: faculdade do ES vai avaliar atuação do TSE no combate às fake news. **A Gazeta**, Vitória, 21 jul. 2022. Disponível [aqui](#)).*

Sobre os fenômenos das notícias falsas e da desinformação, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A expressão “fake news” é considerada ambivalente, porque pode ser utilizada em sentidos contrários: por um lado, para se referir a notícias ou informações falsas; por outro lado, para tentar desacreditar informações verdadeiras, contrárias aos interesses de quem as acusa de serem fake news.
- b) O TSE proíbe a divulgação ou o compartilhamento de fatos sabidamente inverídicos ou gravemente descontextualizados, que atinjam a integridade do processo eleitoral, inclusive os processos de votação, apuração e totalização de votos. Caso isso seja identificado, o Ministério Público e a Justiça Eleitoral devem interferir.

c) O eleitor tem direito à livre manifestação do pensamento na internet, mas essa liberdade está sujeita a alguns tipos de limitações, nos casos de ofensa à honra ou à imagem de candidatos ou partidos ou, ainda, nos casos de divulgação de fatos sabidamente inverídicos.

d) A atuação da Justiça Eleitoral deve ser realizada com a menor interferência possível no debate democrático, razão pela qual ela não pode determinar a remoção de conteúdo divulgado na internet, pois isso caracterizaria censura. Em vez disso, devem ser adotadas medidas menos severas, que assegurem a liberdade de expressão.

e) Para enfrentar os problemas da desinformação e da disseminação de notícias falsas, os órgãos da Justiça Eleitoral vêm firmando acordos e parcerias com as plataformas e aplicativos por meio dos quais as informações circulam, como WhatsApp, Twitter, Instagram e Facebook. Isso é importante para que sejam propostas e adotadas medidas adequadas ao funcionamento e às particularidades de cada uma das plataformas.

Resposta: D.

Resolução: Conforme o art. 38 da resolução nº 23.610, do Tribunal Superior Eleitoral, a Justiça poderá determinar a remoção de conteúdo da internet, limitada às hipóteses em que, mediante decisão fundamentada, sejam constatadas violações às regras eleitorais ou ofensas a direitos de pessoas que participam do processo eleitoral.

2



“Não há dúvidas de que o bicentenário da independência brasileira deva ser celebrado. Afinal, trata-se de uma conquista fundamental de liberdade e de autodeterminação. Mas é, também, verdade que essa independência não chegou igualmente para todos os grupos que formam a população brasileira. Tanto é que a independência deixou de legado uma monarquia no Brasil e, ainda, a escravidão, que só foi revogada formalmente em 1888.

*Nas últimas décadas, tem havido uma luta para ampliação do universo da cidadania para esses grupos marginalizados, que não são minoria, mas a maioria da sociedade brasileira. [...] No entanto, ainda é preciso diversificar esse grito da independência, para que nele caibam todas as vozes desses grupos que, mesmo com os avanços obtidos nos últimos anos, ainda não conseguiram ser plenamente integrados à nação brasileira”. (QUINALHA, Renan. Independência não chegou igualmente para grupos brasileiros. **CNN**, 03 set. 2022. Disponível [aqui](#)).*

Acerca dos avanços obtidos nos últimos anos, mencionados pelo professor Renan Quinalha, selecione a alternativa **incorreta**:

- a) Em 1999, foi criado o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena foi criado em 1999. Conforme a legislação, deve ser levada em consideração, obrigatoriamente, a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas e o modelo a ser adotado para a atenção à saúde indígena, a fim de que sejam respeitadas sua identidade e sua autodeterminação.
- b) A “Lei Maria da Penha” é destinada à proteção da população feminina, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. A lei prevê diversas medidas protetivas, como a proibição de aproximação da ofendida e de seus familiares, estabelecendo limite mínimo de distância entre estes e o agressor.

c) Em 2019, o Supremo Tribunal Federal equiparou a homofobia ao racismo, alterando a redação da Lei n. 7.716 para incluir, também, os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero. Dessa forma, a população LGBTQIA+ conquistou mais uma norma jurídica protetiva.

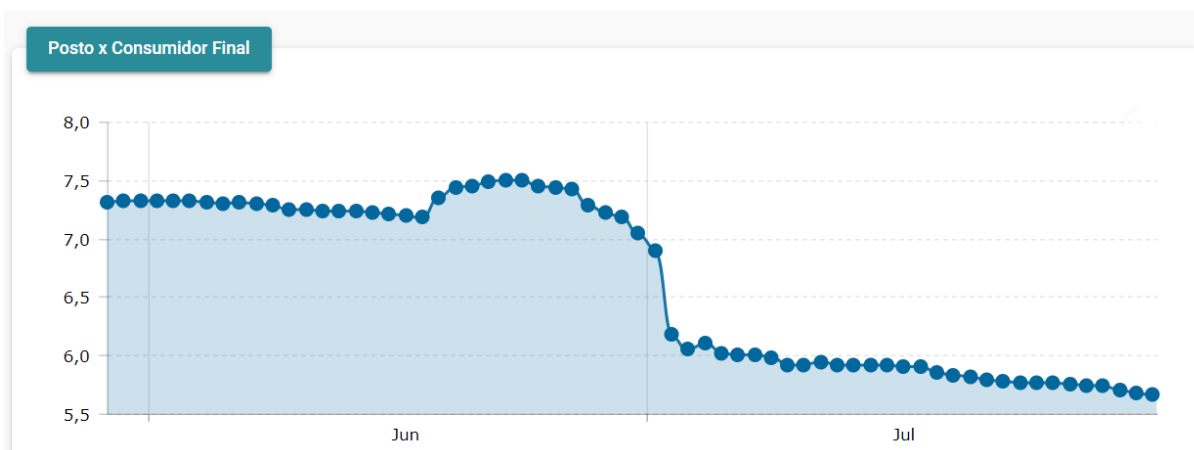
d) A “Lei de Cotas”, que completou 10 anos em 2022, prevê a reserva de vagas em instituições federais de ensino para determinados públicos, como estudantes oriundos da rede pública de ensino, pretos, pardos e indígenas e pessoas com deficiência. Essa política pública tem, dentre os seus objetivos, a reparação histórica, tendo em vista o passado brasileiro.

e) Atualmente, a lei n. 8.989, de 1995, garante a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis, para pessoas com deficiência física, visual, auditiva e mental severa ou profunda e pessoas com transtorno do espectro autista. Nesses casos, a isenção só pode ser utilizada para a aquisição de um veículo a cada três anos.

Resposta: C.

Resolução: O Supremo Tribunal Federal equiparou a homofobia aos crimes de racismo, mas não promoveu alteração textual da Lei n. 7.716.

3



O gráfico acima apresenta a evolução diária do preço médio da gasolina comum, em reais (R\$), nos postos de Vitória/ES, nos meses de junho e julho de 2022. Com base nas informações apresentadas e nos seus conhecimentos, assinale a alternativa **correta**:

- a) No início da segunda quinzena de junho, após uma tendência de queda, ocorreu um aumento do preço médio da gasolina, até atingir o valor mais alto no período analisado: R\$ 7,50 por litro. Essa variação decorreu de um reajuste no preço da gasolina pela Petrobras, o que provocou um aumento superior a 5% no preço para o consumidor final.
- b) O ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) é um imposto estadual, calculado por meio de uma alíquota (percentual) que incide sobre uma base de cálculo. Cada estado pode fixar sua alíquota, enquanto a base de cálculo, em todo o país, é o Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF). Dessa forma, a variação do ICMS entre os estados decorre da diversidade de alíquotas, já que o PMPF é o mesmo em todas as unidades federativas.
- c) O PMPF é calculado semanalmente pela Secretaria da Fazenda, de modo que o valor, em reais, da base de cálculo do ICMS sobre a gasolina é atualizado a cada 7 dias. Uma estratégia para tentar conter o aumento do preço da gasolina para o consumidor final é “congelar” o valor do PMPF, impedindo que eventuais reajustes no preço do combustível provoquem a elevação do ICMS. O governo do Espírito Santo vem adotando essa estratégia desde setembro de 2021.
- d) Verifica-se uma queda brusca no preço médio da gasolina, no início do mês de julho, em razão da redução da alíquota do ICMS pelo Governo do Estado do Espírito Santo. Embora o estado já tivesse a terceira menor alíquota de ICMS do país (27%), esse percentual foi reduzido para 17%. Com isso, o preço médio da gasolina, em Vitória, finalmente ficou inferior a R\$ 7,00, durante todo o mês de julho.

e) A redução do preço médio da gasolina, em julho, foi impulsionada pela Lei Complementar nº 192, que zerou os tributos federais. Essa lei reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidentes sobre as operações que envolvam gasolina, até o último dia de 2022. Por causa disso, a gasolina ficou mais barata em julho, o que tende a se manter até dezembro.

Resposta: D.

Resolução: a) Considerando qualquer valor praticado em junho, anterior ao recorde de R\$ 7,50, o aumento do preço não ultrapassa 5%. b) A base de cálculo, em todo o país, é o PMPF, mas seu valor varia em cada unidade federativa. c) O valor do PMPF é calculado quinzenalmente, pela Secretaria da Fazenda de cada estado. e) A Lei Complementar nº 192 entrou em vigor em março, não sendo a responsável pela variação do preço em julho.

4


**TRILHAS DO
DIREITO**

>


**Direito e
Negócios**
**Carreira
Acadêmica**
**Carreiras e
Políticas
Públicas**

A formação acadêmica em Direito permite diversas oportunidades de atuação profissional. Podemos dizer que existem diferentes **Trilhas do Direito** que podem ser seguidas pelo bacharel: as carreiras públicas; os cargos políticos; a advocacia; a gestão de negócios; e a carreira acadêmica, por exemplo.

Sobre algumas das possíveis carreiras, assinale a alternativa **correta**:

- a) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Para exercer a profissão de advogado, basta a aprovação no Exame de Ordem, independentemente de inscrição junto à OAB.
- b) Os diplomados no curso de Direito também podem atuar na Administração Pública indireta. Para acessar as carreiras nas autarquias, é necessária a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. Já nas sociedades de economia mista, como a Petrobras, não há a mesma exigência, sendo dispensável concurso público para o cargo de advogado.
- c) Embora não seja um requisito, a graduação em Direito é a formação mais comum entre os membros do corpo diplomático. Após a aprovação no concurso do Instituto Rio Branco, o diplomata ingressa no posto de terceiro-secretário. Na carreira diplomática, é possível trabalhar, no Brasil, no Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), ou em outros países, nas respectivas embaixadas brasileiras, por exemplo.
- d) Muitos bacharéis em Direito seguem a carreira política, atuando no Poder Legislativo. Dessa forma, quando eleitos, senadores, deputados e vereadores tornam-se invioláveis, civil e penalmente, por suas opiniões, palavras e votos, em todo o território nacional, dentro ou fora do órgão legislativo.
- e) Embora os bacharéis em Direito possam seguir a carreira política, o exercício da advocacia encontra incompatibilidades e impedimentos diante de determinadas atividades. Dessa forma, um advogado que se elege prefeito ou vereador torna-se incompatível com o exercício da advocacia, podendo atuar apenas em causa própria.

Resposta: C.

Resolução: a) Além da aprovação no Exame de Ordem, é necessária a inscrição nos quadros da OAB. b) É necessário concurso público para o cargo de advogado da Petrobras, justamente por ser sociedade de economia mista e, assim, pertencer à administração pública. d) A inviolabilidade dos vereadores é restrita à circunscrição do Município. e) O prefeito é incompatível com a advocacia, mesmo em causa própria. O vereador fica impedido (proibição parcial) de advogar contra ou a favor de determinados sujeitos, conforme o Estatuto da OAB.

5

**Texto I**

“Três dias antes de atropelar e matar um adolescente de 16 anos, o modelo e influenciador Bruno Krupp, de 25 anos, foi parado em uma blitz da Lei Seca com a mesma moto que pilotava na noite do acidente. Assim como na noite de sábado (30), na quarta-feira (27) o veículo também estava sem placa e o piloto não tinha carteira de habilitação.

Bruno recebeu três multas – além da falta de placa e carteira, ele se recusou a soprar o bafômetro – somando mais de R\$ 4 mil em penalidades. Como apresentou condutor habilitado para levar a moto, pode deixar a blitz com a moto, a mesma Yamaha cinza que pilotava no sábado, em alta velocidade [...]”.

(SANTOS, Eliane; FREIRE, Felipe; COELHO, Henrique; TORRES, Lívia. Três dias antes de atropelar e matar menor, modelo Bruno Krupp foi parado em blitz sem habilitação e com a mesma moto sem placa. **G1**, Rio de Janeiro, 02 ago. 2022. Disponível [aqui](#)).

Texto II

“O modelo e influenciador Bruno Krupp foi preso na manhã desta quarta-feira (3) pela morte do adolescente João Gabriel Cardim Guimarães, no último sábado (30). [...] A Justiça do RJ expediu um mandado de prisão contra o rapaz, que responde por homicídio com dolo eventual, quando se assume o risco de matar.

O influenciador pilotava uma moto sem placa, em alta velocidade e sem habilitação, quando atingiu João Gabriel. [...] Três dias antes do acidente, o modelo foi parado em uma blitz da Lei Seca e foi multado por falta de habilitação. Ele usava a mesma moto, que estava sem placa”.

(TORRES, Lívia. Bruno Krupp é preso por morte de adolescente em atropelamento na Barra. **G1**, Rio de Janeiro, 03 ago. 2022. Disponível [aqui](#)).

Texto III

“O modelo Bruno Krupp também é investigado por estelionato e estupro. A acusação de estupro foi registrada na Delegacia de Atendimento à Mulher de Jacarepaguá (Deam). Em depoimento, uma mulher relatou que foi até o apartamento de Bruno Krupp e que ele a teria estuprado. No relato, ela diz que pediu que Bruno parasse, sem ser atendida. Ele nega”.

(SANTOS, Eliane; FREIRE, Felipe; COELHO, Henrique; TORRES, Livia. Três dias antes de atropelar e matar menor, modelo Bruno Krupp foi parado em blitz sem habilitação e com a mesma moto sem placa. **G1**, Rio de Janeiro, 02 ago. 2022. Disponível [aqui](#)).

A partir dos casos apresentados, assinale a alternativa **correta**:

- a) A recusa a se submeter ao teste do bafômetro é um crime previsto no Código de Trânsito Brasileiro, punido com multa e suspensão do direito de dirigir.
- b) Para a constatação do crime de conduzir veículo automotor sob a influência de álcool, é imprescindível a realização do teste de alcoolemia, por meio do bafômetro ou de exame de sangue.
- c) O crime de estupro é classificado como crime hediondo e, por isso, é insuscetível de fiança, devendo, ainda, ser submetido ao Tribunal do Júri.
- d) O crime de homicídio do adolescente não deve ser submetido ao Tribunal do Júri, tendo em vista que, nessa conduta, foi identificado o dolo eventual.
- e) No caso do homicídio, não se aplicam as penas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, uma vez que o CTB trata apenas da modalidade culposa do homicídio na direção de veículo automotor.

Resposta: E.

Resolução: a) A recusa a se submeter ao teste do bafômetro é uma infração administrativa, mas não um crime. b) A constatação pode ser obtida mediante teste de alcoolemia, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova. c) O crime de estupro não é submetido a júri, pois não é crime doloso contra a vida. d) Ainda que o dolo seja eventual, os crimes dolosos contra a vida são submetidos ao Tribunal do Júri.

6

Por que Beyoncé se tornou símbolo do movimento global de pedidos de demissão?



Fonte: [Fundação Estudar](#)

*"Now, I just fell in love
And I just quit my job
I'm gonna find new drive
Damn, they work me so damn hard
Work by nine
Then off past five
And they work my nerves
That's why I cannot sleep at night"*
(BEYONCÉ. **Break my soul**. 2022).

*"O novo single de Beyoncé soa como um hino poderoso para a "Grande Demissão". A letra de sua última faixa, "Break My Soul", fala aos milhões de americanos que deixaram seus empregos no ano passado em busca de melhores oportunidades, dado que o desemprego está em baixa recorde nos EUA. Em abril, 4,4 milhões de trabalhadores deixaram seus empregos nos EUA, mesmo com o aumento dos temores de recessão". (CONSTANZ, Jo. Por que "Break My Soul", de Beyoncé, tem tudo para virar um hino poderoso nos EUA. **Valor Econômico**, 21 jun. 2022. Disponível [aqui](#)).*

Indique a alternativa **incorreta**:

a) A música de Beyoncé faz referência à síndrome de *burnout*, caracterizada pelo esgotamento do indivíduo, em decorrência do estresse profissional. Conforme apontado na letra, a pressão no ambiente de trabalho e o excesso de horas na jornada são fatores que podem levar ao *burnout*, que pode se apresentar por sintomas como exaustão – física e/ou mental – e insônia. Embora conste na 11ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), de acordo com a classificação da Organização Mundial de Saúde (OMS), o *burnout* não é uma condição médica, mas sim um fenômeno ocupacional.

b) O fenômeno do *burnout* não atinge apenas os norte-americanos. Em 2019, estimava-se que 30% dos profissionais brasileiros sofriam de *burnout*. A partir da pandemia de Covid-19, percebeu-se uma redução na quantidade de profissionais acometidos, devido à ampliação dos modelos de trabalho remoto e híbrido. Nesses formatos, não ocorrem os fatores que provocam a síndrome de *burnout*, de modo que se recomenda a adoção dos modelos de *home office* ou híbrido.

c) O fenômeno da Great Resignation (traduzida, mais comumente, como “Grande Debandada”) corresponde a uma onda de demissões, em diversos países. A principal motivação tem sido a busca por melhores condições de trabalho, tema sobre o qual se modificou a percepção, principalmente a partir da pandemia de Covid-19. No Brasil, apesar do alto índice de desemprego (em torno de 10%), também se verifica uma tendência de aumento nos pedidos de demissão. No entanto, para relacionar essas estatísticas, é necessário considerar mais fatores, como a qualificação e a área de atuação dos profissionais e se os pedidos de demissão estão atrelados a uma recolocação profissional ou se aquele trabalhador permaneceu desempregado.

d) Ao contrário dos Estados Unidos da América, onde não há uma legislação federal que garanta direitos trabalhistas como férias, repouso semanal remunerado e licença-maternidade, o Brasil garante esses direitos na Constituição Federal e na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Dessa forma, no Brasil, o empregado tem direito a férias anuais, remuneradas com um valor adicional de, pelo menos, um terço do valor regular do salário. Já a licença-maternidade tem duração de 120 dias, período no qual a empregada continua recebendo o valor normal do salário.

e) Em 2017, a Lei nº 13.467 promoveu uma reforma trabalhista no Brasil, flexibilizando alguns pontos da CLT. Por exemplo, a lei prevê um intervalo de, no mínimo, 1 hora, para repouso ou alimentação, nos casos de trabalho cuja jornada seja superior a 6 horas. A reforma trabalhista autorizou a redução da duração desse intervalo, para até 30 minutos, por meio de acordo ou convenção coletiva. Além disso, a reforma passou a permitir o parcelamento das férias em até 3 períodos. De todo modo, a época da concessão das férias será definida de acordo com os interesses do empregador.

Resposta: B.

Resolução: Os trabalhos remotos ou híbridos não estão imunes à síndrome de *burnout*, uma vez que, mesmo nesses modelos, pode haver fatores que levem o trabalhador ao esgotamento, como as jornadas excessivas e a pressão para alcançar determinados resultados. Nesse sentido, a partir da pandemia, ganharam destaque os casos de *burnout* e a necessidade de atenção à saúde mental do trabalhador.



“[...] a alienação parental digital se perfaz quando um genitor, um dos avós ou quem exerça a autoridade parental, utilizando do ambiente virtual, promove uma campanha difamatória do outro genitor, buscando afastar o filho deste, de forma que as informações transmitidas na internet tenham o intuito de macular a imagem do genitor que sofre a alienação.

*Alguns exemplos de condutas podem ilustrar a alienação parental digital, tais como: postagens em redes sociais desabonando a imagem do genitor alienado, envio de mensagens, via WhatsApp, com print de tela da imagem do alienado e comentários indevidos e/ou falsos, bem como comparações de condutas, a partir de imagens postadas em redes sociais, entre o alienador e o alienado, enaltecendo a postura daquele em detrimento da postura deste”. (DUQUE, Bruna Lyra; ABREU, Arthur Emanuel Leal. Alienação parental digital na era da pós-verdade. **REDES – Revista Eletrônica Direito e Sociedade**, v. 9, n. 2, 2021. Disponível [aqui](#)).*

I – A prática de atos de alienação parental, seja no ambiente digital ou na vida *off-line*, fere direitos fundamentais da criança ou do adolescente. Por isso, a Lei n. 12.318 define o que se entende, legalmente, por alienação parental, indicando um rol exemplificativo de condutas assim classificadas.

II – Identificada a alienação parental, o juiz pode determinar diversas medidas, cumuláveis ou não, como o acompanhamento psicológico e/ou biopsicossocial do menor, ou a alteração do regime de guarda. Em casos mais graves, pode ser estipulada multa ou decretada a prisão do alienador, pela prática do crime de alienação parental.

III – Outra prática realizada em ambiente digital, que pode ferir direitos fundamentais de crianças e adolescentes, é o *sharenting*, que consiste na divulgação excessiva de informações, fotos e/ou vídeos dos indivíduos menores, na Internet. Essas condutas podem violar o direito à privacidade da criança ou do adolescente, além de lhe trazer consequências no futuro.

Julgue os itens acima e assinale a alternativa **verdadeira**:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todas as assertivas estão corretas.

Resposta: C.

Resolução: II – A alienação parental não é criminalizada no Brasil.

8



O Direito e a Literatura são áreas que se relacionam de diversas maneiras.

*“[...] aliás, lembro que nossa proposta de fazer uma fusão de horizontes entre Direito e Literatura é diferente e diferenciada. Muitos autores, como François Ost, falam dessa ligação a partir de livros que abordam, especificamente, atores e temas do Direito. No meu e no nosso caso, conseguimos trabalhar livros de literatura sem que eles falem, especificamente, no objeto ‘direito’. Porque trabalhamos com a estrutura do pensamento jurídico, como a interpretação, os paradigmas constituintes do Direito”. (STRECK, Lenio. A literatura ajuda a existencializar o direito. [Entrevista cedida a] Henriete Karam. **Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 615-626, jul.-dez. 2018).*

Para aprofundar as interfaces existentes entre o Direito e a Literatura, a FDV desenvolve o projeto de extensão **Café, Direito & Literatura**, que acontece em ambientes culturais, como livrarias ou cafés, com espaço para diálogos e debates de maneira informal. Essas discussões giram em torno de uma obra previamente escolhida e divulgada.

Tendo em vista as interfaces entre Direito e Literatura, assinale a alternativa **incorreta**:

a) Em junho de 2022, foi comemorado o aniversário de 25 anos da publicação do primeiro livro da franquia “Harry Potter”. A coleção foi um fenômeno editorial e, apesar de ser uma narrativa ficcional, em um universo mágico, pode ser utilizada para discutir temáticas relacionadas ao Direito. Nesse sentido, encontram-se, por exemplo, textos que analisam o direito à educação ou o instituto da desobediência civil, a partir das narrativas de Harry Potter.

b) A edição mais recente do Café, Direito & Literatura debateu o livro “O avesso da pele”, de Jeferson Tenório, que venceu o Prêmio Jabuti 2021, na categoria Romance Literário. A obra denuncia a violência policial e a desigualdade racial, ao contar o assassinato de um pai de família, de pele negra, uma abordagem policial. Além disso, aborda questões como o racismo religioso e as microagressões sofridas por quem é negro, no Brasil. Percebe-se, então, a possibilidade de discutir direitos fundamentais a partir dessa obra, como o direito à igualdade e a liberdade de crença, que, na prática, são violados, por meio de atos de preconceito, discriminação e intolerância.

c) Outro vencedor do Prêmio Jabuti, o livro “Torto Arado”, de Itamar Vieira Junior, também já foi objeto de discussões no Café, Direito & Literatura. Esta narrativa se passa no sertão da Bahia, em uma fazenda onde os trabalhadores não recebem salário, tendo apenas o direito de construir casebres de barro, pois o proprietário das terras não permite construções de alvenaria. Dessa forma, a obra abre caminho para discussões sobre os direitos sociais fundamentais, como a moradia, o trabalho e o respectivo salário, assegurado pela Constituição.

d) Direito e Literatura podem se articular de diversas maneiras. Uma das interfaces é o direito *da* literatura: o ramo do Direito que cuida da regulação jurídica da literatura, o que envolve temas como direitos autorais, liberdade de expressão e tributação sobre livros. Outra possibilidade é estudar o direito *a partir da* literatura, considerando que alguns temas do Direito podem estar mais bem formulados em obras literárias do que em livros e manuais jurídicos.

e) No Brasil, a leitura de livros também pode ser utilizada para o abatimento de parte da pena de indivíduos condenados a uma pena privativa de liberdade. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cada livro lido corresponde à remição de 4 dias de pena, observado o limite de 24 dias a cada período de 12 meses. Para verificar a efetiva leitura das obras, uma comissão deve validar o relatório de leitura escrito pela pessoa privada de liberdade.

Resposta: E.

Resolução: De acordo com a Resolução nº 391, de 10/05/2021, do CNJ, cada obra lida corresponderá à remição de 4 dias de pena, limitando-se, no prazo de 12 (doze) meses, a até 12 obras efetivamente lidas e avaliadas, o que leva a um limite de 48 dias de remição a cada período de 12 meses (art. 5º, V).

9



Sobre o Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa **correta**:

- a) O Supremo Tribunal Federal é um dos órgãos máximos do Poder Judiciário, instalado em 28 de fevereiro de 1891. Durante o período do regime militar, o STF ficou fechado, sendo restabelecido em 1988, com a promulgação da Constituição vigente.
- b) O STF é composto por 11 ministros, escolhidos e nomeados pelo Presidente da República, a partir de lista tríptica formulada pelo próprio tribunal. Antes de o Presidente efetivar a nomeação, é necessária a aprovação da escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.
- c) Além de notável saber jurídico e reputação ilibadas, os Ministros do Supremo Tribunal Federal devem ter mais de 35 anos de idade e menos de 70, sendo esta a idade de aposentadoria compulsória.
- d) Atualmente, a Presidência do Supremo Tribunal Federal é exercida pela Ministra Rosa Weber, a terceira mulher a ocupar essa posição. A Ministra alcançou esse posto após 46 anos de carreira na magistratura, dos quais mais de 10 foram no STF.
- e) A atuação da Presidência do Supremo Tribunal Federal é fiscalizada pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, instituição responsável por aperfeiçoar o controle e a transparência administrativa e processual.

Resposta: D.

Resolução: a) O STF não foi fechado durante o período militar. b) A escolha de Ministro do STF não passa pela formulação de lista tríptica. c) A idade para aposentaria compulsória é de 75 anos. e) A Presidência do Conselho Nacional de Justiça é exercida pelo Presidente do STF, sendo, portanto, a mesma pessoa. Logo, não é sua atribuição fiscalizar a si mesmo.



Analise as afirmações abaixo:

I – O Exame de Ordem é a avaliação a que se submetem os graduandos em Direito, a partir do 9º período ou 4º ano do curso, a fim de demonstrar que possuem a capacitação, os conhecimentos e as práticas necessárias ao exercício da advocacia. A aprovação no Exame é um requisito obrigatório para a obtenção do diploma de bacharel em Direito.

II – A primeira fase do Exame de Ordem é uma prova objetiva, com 80 questões. Para conquistar a aprovação, o candidato precisa acertar 50% delas, ou seja, 40 questões. Já a segunda fase é uma prova com questões discursivas e uma peça profissional. Nessa fase, cada candidato escolhe a área em que deseja ser avaliado. Estatisticamente, a área mais escolhida é Direito Penal, apesar de não ter a maior taxa de aprovação.

III – Ao analisar os dados do Exame da OAB, da XXVII à XXIX edição, considerando as instituições de todo o Brasil com mais de 100 alunos inscritos, a FDV apresenta uma taxa de aprovação média de 62%. Diante disso, em nível nacional, a FDV ocupa o 1º lugar entre as instituições particulares e a 10ª posição no ranking geral.

Assinale a alternativa **verdadeira**:

- a) Apenas uma das assertivas está correta.
- b) As assertivas I e II estão corretas.
- c) As assertivas I e III estão corretas.
- d) As assertivas II e III estão corretas.
- e) As assertivas I, II e III estão corretas.

Resposta: D.

Resolução: A assertiva I está incorreta, pois a aprovação no Exame de Ordem é um requisito para o exercício da advocacia, mas não para a obtenção do diploma de bacharel. Além disso, não apenas graduandos, mas também os bacharéis em Direito podem se submeter ao Exame. As demais assertivas estão corretas.



“O capítulo desta terça-feira (28) do remake da novela "Pantanal" na Globo, deixou o público comovido ao mostrar os impactos das queimadas no bioma. Na cena, que mostrou imagens de incêndios, o personagem Velho do Rio (Osmar Prado) aparece emocionado e perguntando o que aconteceu para que as chamas tomassem a região.

O mais surpreendente é que, segundo o biólogo Hugo Fernandes, as cenas de destruição são reais, com registros feitos no incêndio que chocou o mundo em 2019 e 2020”.

(MOREIRA, Rafaela. Imagens de queimadas em 'Pantanal' são reais e mostram impactos no bioma. **G1 MS**, Mato Grosso do Sul, 29 jun. 2022. Disponível [aqui](#)).

Assinale a alternativa **incorreta**:

a) De acordo com a Constituição Federal, o Pantanal é considerado patrimônio nacional, devendo ser utilizado de modo que se assegure a preservação do meio ambiente. Por isso, sua proteção é regulamentada por meio da legislação, tanto estadual quanto federal. Em âmbito federal, o Estatuto do Pantanal é a principal norma vigente com mecanismos de proteção desse bioma. A lei foi proposta em 2020, pelo senador mato-grossense Wellington Fagundes, em resposta aos incêndios que devastaram a região.

b) Nos incêndios ocorridos em 2020, aproximadamente 4 milhões de hectares foram consumidos pelo fogo, o que corresponde a 26% do bioma Pantanal. Em termos de tamanho, a área destruída equivale, aproximadamente, ao território da Bélgica ou do estado do Rio de Janeiro. Nessa tragédia, pelo menos 10 milhões de animais morreram; além disso, bilhões de animais foram afetados pelos incêndios.

c) De acordo com o Novo Código Florestal, os pantanais são áreas de uso restrito, nas quais é permitida a exploração ecologicamente sustentável. Nessas áreas, novas supressões de vegetação nativa para uso alternativo do solo são condicionadas a autorização do órgão estadual do meio ambiente, com base nas recomendações técnicas dos órgãos oficiais de pesquisa.

d) Embora o Pantanal seja o menor bioma brasileiro, sua área no território brasileiro ultrapassa 100.000 km², abrangendo partes do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso. Neste último, existe uma área de interseção entre a Amazônia Legal e o bioma Pantanal. Isso acontece porque a definição da área de Amazônia Legal é uma criação jurídica, que considera a divisão do país em unidades federativas, não se limitando ao bioma Amazônia.

d) Na novela “Pantanal”, a prática da grilagem é retratada por meio do personagem Tenório, interpretado pelo ator Murilo Benício, que supostamente vendia terras sobre as quais não tinha o direito de propriedade. Para realizar essa fraude, é comum a falsificação de documentos, com o intuito de simular o direito de propriedade e, conseqüentemente, o direito de vender as terras. A prática recebe o nome de grilagem em razão da técnica usada para dar aparência envelhecida aos documentos forjados: colocá-los em caixas ou gavetas com grilos.

Resposta: A.

Resolução: O Estatuto do Pantanal ainda não é uma lei vigente. O Projeto de Lei nº 5.482/2020 ainda está em tramitação.

12

Ainda na novela “Pantanal”, o personagem Tenório mantém duas famílias simultâneas: uma com Maria Bruaca e a filha, Guta; outra com Zuleica e três filhos.

Sobre o Direito de Família e as normas sobre o casamento, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Tendo se casado com Maria Bruaca, Tenório não poderia se casar, concomitantemente, com Zuleica – nem com qualquer outra pessoa. Caso tivesse realizado um segundo casamento, este seria considerado nulo. De acordo com o Código Civil, o relacionamento com Zuleica sequer poderia ser classificado como união estável, uma vez que haveria o mesmo impedimento, por Tenório já ser casado.
- b) Apesar das normas do Código Civil, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece que a preexistência de casamento ou de união estável não impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários. Dessa forma, mesmo simultânea ao casamento com Maria Bruaca, a relação de Tenório e Zuleica seria reconhecida, pelo STF, como união estável, para todos os efeitos.
- c) Além do impedimento previsto no Código Civil, o segundo casamento de alguém que já é casado também é considerado crime: bigamia, com pena de reclusão, de dois a seis anos. Se Zuleica tivesse se casado com Tenório, ela também poderia ser punida pelo Código Penal, desde que soubesse que ele já era casado com Maria Bruaca.
- d) Embora Maria Bruaca tenha tido um caso extraconjugal com Alcides, ela não pode ser responsabilizada criminalmente, pois, ao contrário da bigamia, prevista no Código Penal, o crime de adultério já não existe mais no Brasil, tendo sido revogado em 2005. Isso demonstra que a mudança nos costumes pode levar à modificação da legislação sobre crimes contra o casamento.
- e) No caso de Tenório, não se caracteriza o instituto da família poliafetiva, uma vez que não havia um único núcleo familiar, com o consentimento, a convivência e a afetividade entre todos os envolvidos. Como Maria Bruaca desconhecia a segunda união de Tenório, com Zuleica, verifica-se a existência de famílias paralelas, com núcleos distintos e simultâneos.

Resposta: B.

Resolução: Conforme a tese fixada pelo STF no Tema 529, para fins de repercussão geral: “A preexistência de casamento ou de união estável de um dos conviventes, ressalvada a exceção do artigo 1723, § 1º, do Código Civil, impede o reconhecimento de novo vínculo referente ao mesmo período, inclusive para fins previdenciários, em virtude da consagração do dever de fidelidade e da monogamia pelo ordenamento jurídico-constitucional brasileiro”.

**Elda Bussinguer**

Pós-doutora em Saúde Coletiva (UFRJ), doutora em Bioética (UnB), mestre em Direito (FDV) e coordenadora do doutorado em Direito da FDV

Direitos humanos

Direito fundamental à alimentação: judicialização da fome é caminho possível?

Talvez seja o único caminho com condições de incomodar aqueles que fingem não ver ou não ter nada a ver com pessoas passando fome e sonhando com um miojo, Coca-Cola e suco em pó

*“A responsabilidade é do Estado, que tem o dever de garantir esse direito a todos, não de forma pontual ou dependente de crises como a que vivemos hoje, com auxílios emergenciais, mas com manutenção de uma renda básica que garanta a todos a dignidade, saúde e vida. [...] Comer é um direito humano fundamental e o Judiciário pode e deve garanti-lo, ainda que venhamos a criar uma nova modalidade de judicialização, tipicamente brasileira, distópica em essência, mas que possa servir para nos lembrar do que é e deve ser a política em um país democrático de Direito”. (BUSSINGUER, Elda. Direito fundamental à alimentação: judicialização da fome é caminho possível? **A Gazeta**, Vitória, 19 out. 2021. Disponível [aqui](#)).*

Acerca do tema insegurança alimentar, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Com a promulgação da atual Constituição Federal, em 1988, foi reconhecido o direito fundamental à alimentação, dentre os direitos sociais garantidos pelo artigo 6º. A Declaração Universal dos Direitos Humanos também prevê que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação.
- b) Um possível instrumento para a judicialização da fome é a Ação Civil Pública, utilizada para responsabilizar quem tenha causado danos morais ou materiais a qualquer interesse coletivo. Ao contrário da Ação Popular, que pode ser proposta por qualquer cidadão, a Ação Civil Pública deve ser proposta pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou outras entidades.
- c) A Constituição afirma que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciários são independentes e harmônicos entre si. Dessa forma, cada um deles pode ter uma forma de atuação, com o objetivo compartilhado de garantir o direito à alimentação: o Executivo deve realizar a gestão

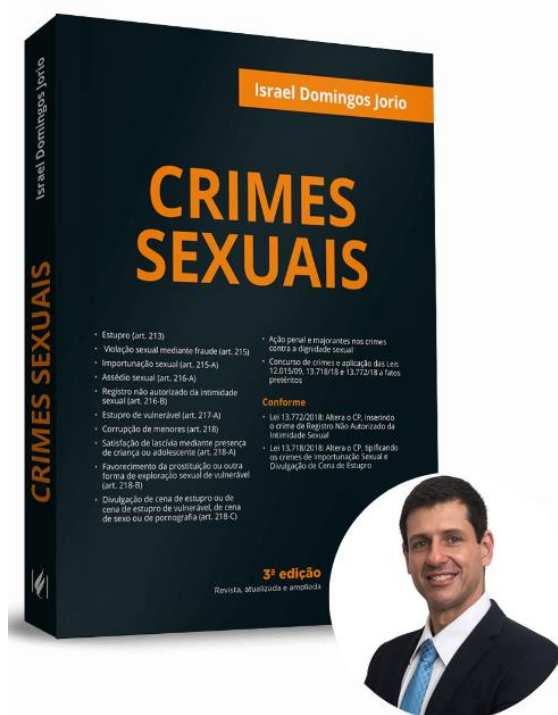
de recursos públicos; o Legislativo deve produzir o aparato normativo; e o Judiciário deve decidir as ações ajuizadas.

d) A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) classifica a insegurança alimentar em dois níveis: moderada, quando há incerteza sobre a capacidade de obter alimentos, o risco de pular refeições ou ver a comida acabar ou, ainda, o comprometimento da qualidade nutricional ou quantidade dos alimentos consumidos; e grave, quando ocorre a fome, isto é, ficar sem comida.

e) De acordo com o relatório mais recente divulgado pela FAO, a insegurança alimentar atinge mais de 60 milhões de brasileiros, dentre os quais 15 milhões enfrentam o nível grave. Em termos percentuais, o número de cidadãos em situação de insegurança alimentar corresponde a aproximadamente 28% da população brasileira, estimada em 213 milhões de pessoas.

Resposta: A.

Resolução: O direito fundamental à alimentação só foi incluído no artigo 6º com a Emenda Constitucional nº 64, em 2010.



*“A sexualidade (em sentido amplo, envolvendo a orientação, a determinação, as preferências e as atividades) está ligada à personalidade e, como tal, está posta a salvo do controle do Estado. Não lhe é dado controlar os costumes sexuais, limitando sem razão a liberdade de ser e de agir e impondo comportamentos sexuais arbitrariamente. É óbvio que ele pode limitar as práticas e atividades sexuais quando elas se revelarem lesivas a bens jurídicos concretos. É dizer, quando elas importarem a eliminação ou a restrição [de] um espaço de liberdade individual alheio” (JORIO, Israel Domingos. **Crimes sexuais**. 2 ed. rev., ampl. e atual. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 30-31).*

A partir disso, o professor Israel Jorio trata dos crimes sexuais, entendidos como aqueles que atingem a dignidade ou a liberdade sexual, previstos nos artigos 213 a 218-C, do Código Penal. Analise os casos abaixo e indique a alternativa **correta**:

- Adão, jornalista aposentado, foi preso pela polícia de São Paulo, após ter ejaculado em uma mulher, dentro de um ônibus na Avenida Paulista. Nesse caso, o crime cometido pelo homem deve ser enquadrado como estupro, por ausência de um tipo penal mais específico para sua conduta.
- Bernardo, com 25 anos, e Mariana, com 21 anos, adicionaram um ao outro no Instagram e trocaram mensagens e imagens de teor sexual. Sem o consentimento do rapaz, Mariana compartilhou, em um grupo de WhatsApp com mais duas amigas, três *nudes* (fotografias de cenas de nudez) que havia recebido de Bernardo. Por serem ambos maiores de idade, a conduta de Mariana não é classificada como crime.
- Giovanni, médico anestesista, participou de um procedimento cirúrgico, aplicando sedação na paciente e, em seguida, praticou atos libidinosos com a mulher, enquanto ela estava desacordada. Nesse caso, o crime cometido pelo anestesista foi o estupro de vulnerável, uma vez que a vítima não era capaz de oferecer resistência. Por causa dessa vulnerabilidade, a pena prevista pelo Código Penal é de reclusão, de 8 a 15 anos – mais do que nos casos de estupro, em que a pena é de reclusão de 6 a 10 anos.
- Letícia e Gustavo, ambos com 30 anos, eram namorados havia 4 anos. Sem a autorização de Gustavo, Letícia instalou uma câmera em seu próprio quarto e filmou cenas de ato sexual

do casal. Nesse caso, não houve crime porque, embora Gustavo não tenha autorizado as filmagens, o material não foi divulgado, de modo que não houve lesão a nenhum direito seu.

e) Após uma reunião entre executivos de um banco, Pedro, um dos gerentes, aborda uma colega, também gerente, com cantadas e insinuações sexuais. Por se tratar de uma forma de assédio, com conotação sexual, no âmbito das relações de trabalho, verifica-se a ocorrência do crime de assédio sexual, previsto no art. 216-A, do Código Penal, cuja pena é de detenção, de 1 a 2 anos.

Resposta: C.

Resolução: a) O crime em questão é o de importunação sexual, tipificado em 2018, justamente em resposta às críticas de que classificar tal conduta como estupro seria muito grave – e como contravenção penal, seria muito brando. b) A conduta de Mariana corresponde ao crime de divulgação de cena de nudez sem o consentimento da vítima (art. 218-C). d) Houve o crime de registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B), que não se confunde com o crime de divulgação de cenas (art. 218-C). A conduta de Letícia viola o direito de imagem de Gustavo. e) Para que haja o crime de assédio sexual, o agente deve se prevalecer da sua condição de superior hierárquico, o que não ocorreu no caso.

15

Acerca das normas constitucionais sobre eleições, assinale a alternativa **correta**:

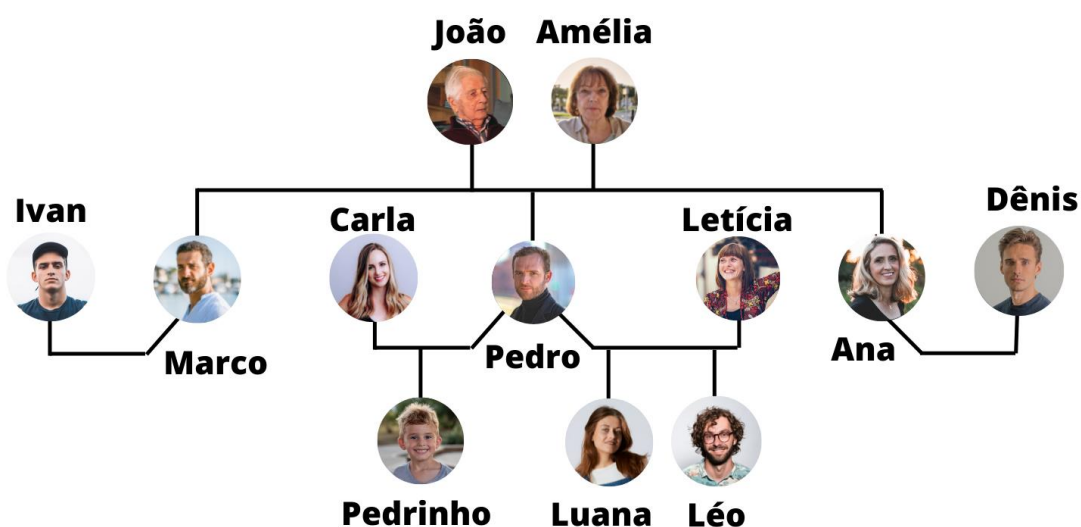
- a) Para concorrer ao cargo de Presidente da República, a Constituição Federal determina a idade mínima de 35 anos. Outros cargos políticos também têm idade mínima determinada pela Constituição Federal: 21 anos, para prefeito ou vereador; e 30 anos, para governador.
- b) Outro requisito para concorrer às eleições no Brasil é a filiação partidária. Para o cargo de Presidente da República, cada partido político, federação ou coligação pode registrar apenas um candidato, em chapa única e indivisível com seu candidato a vice-governador.
- c) Para poderem concorrer a um segundo mandato no mesmo cargo, os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes das eleições. Isso é chamado de desincompatibilização e visa a evitar que o agente político se aproveite do cargo em benefício pessoal.
- d) Os analfabetos não podem votar nem serem votados, isto é, são inelegíveis. Dessa forma, é ônus do candidato a comprovação de sua escolaridade e de sua capacidade de ler e escrever, no momento do registro da candidatura.
- e) Enquanto perdurar o mandato de um Governador ou de um Prefeito, seu cônjuge e seus irmãos são considerados inelegíveis em todo o território nacional, salvo aqueles que já forem titulares de mandato eletivo e candidatos à reeleição.

Resposta: B.

Resolução: a) A idade mínima para vereador é de 18 anos. c) Não há necessidade de desincompatibilização para concorrer à reeleição. d) Os analfabetos não podem ser votados (inelegíveis), mas podem votar. e) A inelegibilidade é restrita ao território de jurisdição do titular.

16

“Assim como a vida termina com a morte, o Código Civil também termina com ela, e este é, sem dúvida, um lembrete para o quanto o Código Civil é um belíssimo retrato da vida dos particulares. Começa, o Código, com o surgimento da própria vida, ao tematizar a personalidade; em seguida, avança para as relações obrigacionais e o trato das coisas (o núcleo patrimonial da vida de todo cidadão), atingindo o ápice nas relações havidas entre entes familiares [...]; por fim, conclui-se com o fato da morte [...]. O direito civil realmente está presente em todas as fases de nossas vidas, o que inclui, evidentemente, a morte e suas consequências”. (HIRONAKA, Giselda. **Morrer e suceder**: passado e presente da transmissão sucessória concorrente. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 20-21).



Com base na árvore genealógica apresentada acima, analise as hipóteses a seguir e assinale a alternativa **correta**, à luz do Direito das Sucessões:

- Se Marco morrer sem deixar filhos, seu patrimônio será partilhado entre seus pais, João e Amélia, e seus irmãos, Pedro e Ana. Como não são reconhecidos direitos sucessórios nas uniões homoafetivas, Ivan herdará nada.
- Considere que Pedro tenha falecido antes do próprio pai. Dessa forma, quando João morrer, seu patrimônio será dividido entre Amélia, Marco e Ana. Nesse caso, os filhos de Pedro não terão direitos sucessórios em relação ao avô.
- Se Luana morrer após seus pais e avós, sem ter cônjuge, companheiro ou filhos, a herança será dividida entre Pedrinho e Léo. Considerando o princípio da igualdade entre os filhos, Léo e Pedrinho receberão a mesma quantia: metade do patrimônio de Luana, cada um.

d) Pedro tinha sido casado com Letícia; após o divórcio, vivia em união estável com Carla, até sua morte. Nesse caso, somente Léo, Luana e Pedrinho herdarão o patrimônio, pois a companheira, Carla, não possui direitos sucessórios, assim como o ex-cônjuge após o divórcio.

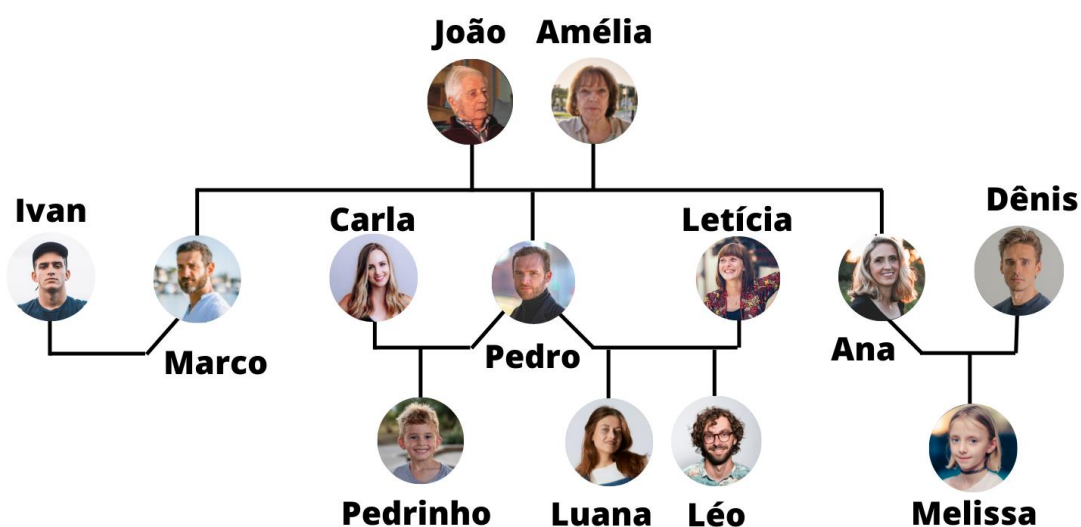
e) No caso da morte de Ana, seu patrimônio será dividido entre seu marido e seus pais. Dênis receberá um terço da herança e o restante será partilhado entre João e Amélia. Os irmãos de Ana (Marco e Pedro) não herdarão nada.

Resposta: E.

Resolução: a) Também são reconhecidos direitos sucessórios às uniões homoafetivas. b) Os filhos de Pedro herdam por representação (a parcela que caberia a Pedro é dividida entre seus filhos). c) O Código Civil faz a distinção entre irmãos unilaterais e bilaterais. Portanto, Pedrinho (unilateral – mães diferentes) receberia metade do valor a ser recebido por Léo (bilateral – mesmos pai e mãe). d) O companheiro possui direitos sucessórios. Inclusive, o STF equiparou cônjuges e companheiros para fins sucessórios.

17

*“No Brasil, o testamento é envolto em certa aura de mistério, de distanciamento ou simplesmente de intocabilidade. Os juristas e operadores do Direito tratam, necessariamente, de testamentos, mas as pessoas comuns em geral evitam tocar nesse assunto. Há um tabu em torno do testamento, ou melhor, do ato de testar, da mesma maneira que há um tabu em torno da própria morte, por mais que esta seja algo natural, inevitável, presente todo momento em nossas vidas”. (HIRONAKA, Giselda. **Morrer e suceder**: passado e presente da transmissão sucessória concorrente. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 22).*



Considerando a árvore genealógica acima, analise as hipóteses abaixo e indique a alternativa **correta**:

- Considerando que Amélia não concorda com a orientação sexual de Marco, ela pode deserdá-lo, sem a necessidade de apresentar justificativa.
- Considerando que Amélia não concorda com a orientação sexual de Marco, ela pode deserdá-lo, desde que declare expressamente no testamento a causa da deserdação.
- Por já ter mais de 80 anos, João não possui mais capacidade para testar. Caso venha a fazer um novo testamento, este não será válido.
- Após a morte de Dênis, Ana pode fazer um testamento, destinando 75% do seu patrimônio para sua sobrinha preferida, Luana, deixando o restante para Melissa.
- O testamento de Marco destinava sua casa de praia, em Guarapari, para Pedrinho. Como o imóvel já havia sido vendido antes da morte de Marco, Pedrinho não terá direito a esse bem.

Resposta: E.

Resolução: a/b) O Código Civil exige a declaração da causa de deserdação, sendo que a orientação sexual não é uma das causas admitidas. c) Não existe uma limitação máxima de idade para a capacidade para testar. d) O testamento não pode dispor sobre a legítima – a metade dos bens, reservada para os herdeiros necessários.

18

“Em seu sentido etimológico, responsabilidade exprime a ideia de obrigação, encargo, contraprestação. Em sentido jurídico, o vocábulo não foge dessa ideia. A essência da responsabilidade está ligada à noção de desvio de conduta, ou seja, foi ela engendrada para alcançar as condutas praticadas de forma contrária ao direito e danosas a outrem. Designa o dever que alguém tem de reparar o prejuízo decorrente da violação de um outro dever jurídico” (CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de responsabilidade civil**. 13. ed. São Paulo: Atlas. p. 14).

Analise os casos a seguir e assinale a alternativa **correta**, à luz do ordenamento jurídico vigente:

- a) Margarida Bonetti é agora conhecida como “a mulher da casa abandonada”. A casa encontra-se em estado deplorável, em ruínas, sem a manutenção básica, o que vem preocupando os vizinhos. Caso o imóvel venha a desmoronar e causar danos aos vizinhos, Margarida deve ser responsabilizada e indenizar as vítimas.
- b) William passeava com seu cachorro pelo bairro, quando foi atingido na cabeça por um vaso de planta, que caiu de uma janela de um prédio. O jornalista ficou inconsciente e precisou ser levado ao hospital, onde foi submetido a exames e uma noite de internação, sob observação. Para solicitar a indenização pelas despesas médicas, William precisa identificar de qual apartamento caiu a planta, não podendo responsabilizar todos os moradores do edifício.
- c) Enzo passeava pelo Parque do Povo com o cachorro de Bruna, quando o animal começou a correr e colidiu com uma mesa, derrubando e quebrando algumas garrafas de vinho, arruinando, assim, uma comemoração. Embora o animal estivesse acompanhado de Enzo, este não poderia ser responsabilizado pelo prejuízo provocado pelo cachorro, uma vez que é a dona do animal quem deve ressarcir os danos por ele causados.
- d) Gustavo, blogueiro, compartilhou na internet vídeos com boatos sobre um ator famoso. Ele afirma que tomou conhecimento sobre os boatos por meio de uma página de fofocas, cujo proprietário é desconhecido. O ator ajuizou uma ação contra Gustavo, requerendo indenização por danos morais causados pelas publicações do blogueiro, no Instagram e no YouTube. Entretanto, conforme acertadamente alegado pela defesa, o réu não pode ser responsabilizado, uma vez que os boatos foram originalmente divulgados por outra página, de autoria desconhecida.
- e) Leila viajava de carro, trazendo sua amiga Berenice no banco do carona. De repente, Leila perdeu o controle do carro. As duas amigas tiveram ferimentos graves, que as impediram de trabalhar por algum tempo, o que ocasionou prejuízos financeiros a ambas. Embora Berenice estivesse viajando gratuitamente com Leila, que não teve culpa pelo acidente, havia nessa relação um contrato de transporte. Dessa forma, Leila torna-se responsável por indenizar Berenice pelos danos sofridos em decorrência do acidente.

Resposta: A.

Resolução: b) A reparação dos danos é responsabilidade do condomínio. A impossibilidade de identificação do apartamento de onde caiu a planta impõe a responsabilidade solidária entre os habitantes do prédio, com base no art. 938 do Código Civil. c) Conforme o art. 936 do Código Civil, a responsabilidade é do dono ou do detentor do animal. Dessa forma, o detentor do cachorro pode ser demandado a ressarcir os danos por ele causados. d) O fato de existir mais uma pessoa envolvida nas publicações não retira do réu a responsabilidade pelas suas próprias publicações, em seus perfis no Instagram e no YouTube, conforme decisão proferida pela Justiça do Rio de Janeiro. Dessa forma, o blogueiro será responsabilizado, devendo indenizar o ator pelos danos causados. e) Conforme o art. 736 do Código Civil, a carona, por amizade ou cortesia, não corresponde a um contrato de transporte. Leila não agiu com culpa no acidente e, portanto, não é responsável por indenizar a amiga.

19



Em 2016, a Agência Nacional da Aviação Civil publicou uma resolução, estabelecendo que o transporte de bagagem despachada, em viagens de avião, configuraria um contrato acessório oferecido pelo transportador. Na prática, isso significava que as companhias aéreas não seriam mais obrigadas a oferecer uma franquia de bagagem a ser despachada, podendo cobrar por esse serviço. Neste ano, o assunto voltou a ser discutido pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Sobre o tema, assinale a alternativa **correta**:

- a) Uma das justificativas para a extinção da franquia era que a cobrança pelo despacho da bagagem aumentaria a concorrência entre as companhias aéreas, o que poderia levar à diminuição dos preços das passagens. De fato, foi o que ocorreu, tendo sido registrada uma redução média de 12% no preço das passagens, nos primeiros 6 meses de vigência da Resolução nº 400, em comparação aos 6 meses anteriores.
- b) Em 2021, foi editada a Medida Provisória nº 1.089, alterando a regulamentação do transporte aéreo no Brasil. As medidas provisórias são atos normativos, com força de lei, de iniciativa do Presidente da República, em casos de relevância e urgência. Em seguida, devem ser encaminhadas ao Congresso Nacional, no prazo de 60 dias. Ao final desse prazo, caso ainda não tenham sido convertidas em lei, as medidas provisórias deixam de produzir efeitos, a partir do final do prazo.
- c) Ao serem recebidas no Congresso Nacional, a votação das medidas provisórias começa pela Câmara dos Deputados. Dessa maneira, a Medida Provisória nº 1.089 foi apreciada, primeiramente, pela Câmara, que aprovou uma alteração no Código de Defesa do Consumidor, para incluir no rol de práticas abusivas a cobrança de qualquer tipo de taxa pelo despacho de bagagens, dentro destes limites: até 1 volume de bagagem, com peso não superior a 23 kg, em voos nacionais, ou 30 kg, em voos internacionais.
- d) Após a votação na Câmara dos Deputados, a Medida Provisória nº 1.089 foi encaminhada ao Senado Federal. Com o placar de 53 a 16 votos, o Senado também aprovou o despacho gratuito de um volume de bagagem (de até 23 kg em voos nacionais e de até 30 kg em voos internacionais). Dessa forma, o Senado consolidou a redação final da chamada "MP do Voo Simples" e encaminhou o texto para a sanção presidencial. Entretanto, o presidente da República vetou o dispositivo sobre despacho gratuito, alegando que essa norma aumentaria os custos dos serviços aéreos.

e) Diante do veto presidencial, a Constituição Federal determina que o Congresso Nacional realize uma sessão conjunta para deliberar sobre o veto, podendo derrubá-lo com os votos da maioria dos Deputados e Senadores presentes. No caso da Medida Provisória nº 1.089, a votação foi apertada, mas os congressistas rejeitaram o veto presidencial sobre a franquia de bagagem. Assim, a alteração do Código de Defesa do Consumidor foi efetivada, garantindo o direito de despachar um volume de bagagem, sem cobrança adicional por esse serviço.

Resposta: C.

Resolução: a) Embora essa fosse uma das justificativas, o preço médio das passagens manteve-se estável, isto é, não houve uma redução após a exclusão da franquia de bagagem. b) As medidas provisórias devem ser encaminhadas ao Congresso imediatamente. Caso não seja observado o prazo de 60 dias para conversão em lei, a medida provisória perde a eficácia desde sua edição. d) O Senado Federal promoveu alterações no texto que havia sido enviado pela Câmara dos Deputados. Por isso, a MP teve que retornar à Câmara, para nova votação, a respeito das mudanças realizadas pelo Senado. e) Para rejeitar o veto presidencial, é necessária a maioria absoluta dos deputados e senadores. Além disso, no caso da MP nº 1.089, não aconteceu a votação sobre o veto presidencial.

20

“Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada.

Para buscar essa uniformização, o principal tipo de processo julgado pelo STJ é o recurso especial. Esses recursos servem fundamentalmente para que o tribunal resolva interpretações divergentes sobre um determinado dispositivo de lei.

*Por exemplo: um tribunal em São Paulo chega a uma determinada interpretação de um artigo de uma lei, mas um tribunal de Minas Gerais chega à conclusão diferente ao ler o mesmo artigo. Pode ser possível recorrer das decisões, para que o STJ defina qual é a mais adequada. Essa decisão do STJ passa então a orientar as demais cortes” (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Atribuições.** Disponível [aqui](#)).*

Em 2022, o STJ já julgou mais de 300 mil processos, tomando diversas decisões importantes, como as seguintes, **exceto**:

- a) A Lei Maria da Penha, que trata de ações de violência doméstica contra a mulher baseada no gênero, pode ser aplicada em casos de agressão contra mulheres transexuais.
- b) A aquisição conjunta de animais por um casal, durante o relacionamento, acarreta a obrigação de dividir os gastos com eles, mesmo após eventual separação.
- c) A isenção do Imposto de Renda sobre a aposentadoria de pessoas com AIDS, prevista na Lei nº 7.713/1988, também se aplica aos indivíduos que testaram positivo para o vírus HIV, mas não desenvolveram a doença.
- d) O rol de procedimentos previsto pela Agência Nacional de Saúde (ANS) é, em regra, taxativo. Dessa forma, a operadora de plano de saúde não é obrigada a arcar com tratamentos diversos, se existir procedimento eficaz, efetivo e seguro já incorporado ao rol.
- e) As operadoras de planos de saúde não podem cancelar plano coletivo durante tratamento de doença grave, devendo assegurar a continuidade dos cuidados assistenciais ao usuário, mesmo após a rescisão do contrato.

Resposta: B.

Resolução: O STJ adiou a conclusão do julgamento sobre a obrigatoriedade ou não de dividir as despesas referentes a animais de estimação, depois da separação conjugal.